

Vlândia Santos Teixeira
Secretária de Gestão de Pessoas

Chrystianne dos Santos Sobral
Secretária Geral

PORTARIA Nº 2126/2014

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

O Presidente do Tribunal de Justiça, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 53, incisos X e XIV, da Lei estadual nº 12.342, de 28 de julho de 1994, e o art. 5º, inciso III, da Lei estadual nº 12.483, de 03 de agosto de 1995,
CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 8515425-41.2014.8.06.0000,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar FELIPE ROBERTO MELO BESSA, Matrícula nº 6415, do cargo em comissão de Direção Judiciária Superior de Assessor de Desembargador, símbolo DJS-2, com lotação no Gabinete do Desembargador Francisco José Martins Câmara, e nomeá-lo para o cargo em comissão de Direção Judiciária Superior de Assessor de Desembargador, símbolo DJS-2, com lotação no Gabinete da Desembargadora Helena Lúcia Soares.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 30 de outubro de 2014.

Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Assessoria de Precatórios DESPACHO DE RELATORES

0008151-45.2002.8.06.0000 - Precatório. Credor: SEGREDO DE JUSTIÇA. Credora: SEGREDO DE JUSTIÇA. Devedor: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Isac Sombra Rodrigues (OAB: 663/CE). Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: Paulo Gustavo Bastos de Souza (OAB: 18715/CE). Proc. Estado: Joao Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Ficam as partes intimadas a se manifestarem, em 10 (dez) dias, sobre os cálculos de págs. 232/238, nos termos da decisão administrativa de págs.227/228 . Fortaleza, 30 de outubro de 2014. Paulo Pires de Carvalho Assessor-chefe de Precatórios.

Total de feitos: 1

Assessoria de Precatórios DESPACHO DE RELATORES

0002674-21.2014.8.06.0000 - Pedido de Providências. Credora: SEGREDO DE JUSTIÇA. Devedor: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Williams da Silva Brito (OAB: 4324/CE). Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: Joao Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - TERMO DE INTIMAÇÃO Fica intimado o ente devedor, nos termos do art. 27, § 3º, da Resolução nº 13/2013 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para se manifestar, em 5 (cinco) dias, sobre o pedido de pagamento de parcela prioritária, documentos que o acompanham, certidão fornecida pela Assessoria de Precatórios, bem como as partes a respeito dos cálculos de retenção incidentes por ocasião do eventual pagamento antecipado. Fortaleza, 30 de outubro de 2014. Paulo Pires de Carvalho Assessor-chefe de Precatórios.

Total de feitos: 1

Assessoria de Precatórios DESPACHO DE RELATORES

0019281-95.2003.8.06.0000 - Precatório. Credor: SEGREDO DE JUSTIÇA. Devedor: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Jorge Marcondes Prado Aragao (OAB: 7517/CE). Proc. Município: Hozanan Linhares Gomes (OAB: 18981/CE). Despacho: - Considerando tácito assentimento (pág. 157) dos interessados, homologo os cálculos de atualização do crédito presentes às págs. 150/155, em conta o evidente respeito à determinação de pagamento parcial surgida à pág. 146, obediência aos limites da coisa julgada e reverência às disposições normativas do art. 36 da Res. 115/2010 do CNJ, do art. 10 da Res. 10/2011 do OETJCE e do art. 97 do ADCT, o mesmo fazendo com relação ao cálculo das retenções devidas (pág. 149). Observo, no mais, que o credor compareceu pessoalmente ao setor, tendo informado os dados bancários necessários ao pagamento, cumprindo, assim, as exigências do art. 34-A da Res. 115/2010 do CNJ e do art. 25 da Res. 10/2011 do OETJCE. Estando, dessarte, o processo apto ao pagamento parcial, como visto acima, reputo necessário, porém, por medida de cautela, determinar o provisionamento do valor apontado nas planilhas de págs. 148/149, em favor do credor, mas à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça. A providência se impõe até que esclarecido se, como deixa antever a leitura do documento de pág. 94 (termo de audiência lançado nos autos do processo nº 12/95, em 14.01.2009), o precatório foi ou não efetivamente pago mediante transação entre